

## VISTO DE FORA

## Banca europeia. Decisões urgentes precisam-se

As mudanças na banca têm de ser feitas com algum bom senso para que a Europa não volte a enredar-se nos problemas que ela própria criou



Pedro Coelho

Quando, em setembro de 2008, aconteceu a falência do Lehman Brothers, ninguém conseguia imaginar a hecatombe financeira que iria ocorrer nos anos seguintes, até aos nossos dias.

Como de costume, os Estados Unidos foram mais céleres e pragmáticos a resolver os seus problemas. Atualmente, a economia americana, apesar da incerteza política, respira saúde, conseguindo apresentar uma taxa de desemprego de 5% aliada a um crescimento económico sustentável.

Em contrapartida, a Europa, enredada em todas as suas contradições, apresenta-se numa encruzilhada de difícil solução: por um lado, o futuro político exponenciado recentemente pelo resultado do Brexit; por outro, os problemas de falta de crescimento económico, em simultâneo com a não resolução dos problemas do sistema financeiro.

E, contudo, alguns países europeus resolveram grande parte destes problemas porque tiveram capacidade de decisão:

– A Irlanda, cujo problema na origem do resgate foi exclusivamente bancário e que rejeitou, à época, a imposição da troika para subir o IRC.

– A Espanha, onde a maior parte do problema era também bancária (os excessos da banca espanhola fazem parecer os da banca portuguesa uma brincadeira de crianças...).

Noutros países europeus, outras prioridades se levantaram, levando ao adiamento da questão bancária para uma melhor oportunidade. Grécia (um caso à parte), Portugal e Itália, embora

com dimensões diferentes (o crédito malparado no sistema bancário italiano é mais do dobro em percentagem do português), parecem ser os mais fustigados, embora, do ponto de vista sistémico e segundo as últimas e algo preocupantes notícias, o Deutsche Bank seja, indiscutivelmente, o mais perigoso.

No caso concreto português, do total do programa de apoio contratado havia uma tranche de 12 mil milhões de euros específicos para o sistema financeiro. Apenas cerca de metade foi utilizada...

Acabou-se o programa de apoio e surgem o BES, o Banif e, agora, a Caixa Geral de Depósitos.

Não se deve deixar de salientar, no entanto, que apesar dos problemas naturais decorrentes de estarem a atuar num país com um alto número de falências e de desemprego elevado, Santander, BPI (que usou uma linha de apoio e já a pagou) e Millennium BCP (a quem falta liquidar uma pequena parte do total) são exemplos que contracenam pela positiva com os anteriores.

A questão que se coloca atualmente é que as regras mudaram: para evitar um aumento dos já flagelados défices públicos europeus, determinou-se que, em caso de falência de alguma instituição bancária euro-

peia, seriam os credores de dívida sénior e, eventualmente, os maiores depositantes, para além dos acionistas, a suportar os custos, antes da intervenção de dinheiros públicos.

No entanto, para estas normas tão rígidas serem aplicadas, dever-se-ia ter progredido mais rapidamente com a integração bancária.

Será necessário que sejam tomadas e anunciadas decisões firmes, mas inequívocas, para a resolução gradual, mas na direção certa do volume enorme de crédito malparado existente em bancos de alguns países.

Este caminho tem de ser firme, definido, mas com algum bom senso, para que a Europa não volte a enredar-se em problemas que ela própria criou, como acabou de acontecer com o referendo britânico.

Este caminho incluirá necessariamente um processo de concentração bancária forte, a ser efetuado nos próximos três a cinco anos, do qual iremos sentir brevemente os primeiros efeitos em Portugal.

E os bancos tenderão a voltar à sua atividade tradicional: captar depósitos e conceder crédito.

*Administrador da SQUARE Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário*



Concentração bancária é inevitável

SHUTTERSTOCK